



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
Reitoria
Pró-Reitoria de Administração

Projeto Básico
Processo Administrativo Híbrido
Processo Físico Nº 23751.001238.2018-01
Processo Eletrônico Nº 23188.001936.2020-64

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES NO CAMPUS AVANÇADO LUCAS DO RIO VERDE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**, conforme quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e demais documentos anexos a este projeto básico.

1.2. A contratação contempla o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço, em conformidade com as especificações técnicas e condições constantes no Projeto Básico.

2 - OBJETIVO/JUSTIFICATIVA

O IFMT - *Campus* Avançado Lucas do Rio Verde iniciou suas atividades de ensino em agosto de 2015 em infraestrutura doada pelo governo do estado de Mato Grosso, onde se constava 1.000 m² de área construída incluindo-se neste total, salas administrativas, banheiros, biblioteca, 03 salas de aulas, 01 galpão de máquinas e nenhuma área de convivência para estudantes. Desta maneira e visando atender ao processo de ensino aprendizagem, bem como o melhor atendimento aos estudantes, realizou-se em 2015 o plano diretor de investimentos do *Campus* Avançado 2015-2019, objetivando-se planejar e executar a infraestrutura adequada ao atendimento aos cursos ofertados e aos estudantes, incluindo-se neste plano, a construção de laboratórios, salas de aulas, sala de professores e espaços de convivência para estudantes.

Assim baseado neste plano, no ano de 2016 construiu-se um bloco com 6 (seis) quiosques para uso dos estudantes nos intervalos das aulas e do almoço, entretanto com o crescente número de vagas anualmente ofertadas, tal estrutura tornou-se insuficiente ao número atual de estudantes do *Campus* (300 estudantes), o que tem provocado um insatisfatório serviço de bem estar aos estudantes, principalmente no intervalo do almoço, tornando a convivência neste período insalubre e desconfortável.

Diante disso, faz-se necessário a construção de mais quiosques visando a solução de alguns espaços físicos necessários para a melhoria da convivência dos estudantes no *Campus* Avançado, o que sem dúvida proporcionará um ambiente mais adequado aos estudantes e comunidade acadêmica.

Por final, registra-se que o terreno onde será feita a obra é de propriedade do IFMT.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este documento é regido pela Lei nº 8.666/93, de licitação, destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

4 - DO LOCAL DA OBRA

4.1. A obra será realizada em terreno localizado Av. Universitária, 1600 - Parque das Emas, Lucas do Rio Verde - MT, 78455-000, latitude: 13° 4'9.05"S, longitude: 55°56'51.53"O

5 - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item 1:

--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO	Und.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
CONSTRUÇÃO QUIOSQUES NO CAMPUS AVANÇADO LUCAS DO RIO VERDE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.	Serv.	1	R\$ 95.025,94	R\$ 95.025,94

* Valores referentes à planilha de formação de preços não desonerada. Menor valor apurado.

5.2. Os serviços deverão ser executados conforme especificação técnica.

5.3. Todos os trabalhos deverão ser executados com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA obedecer às normas técnicas da ABNT e/ou INMETRO, as recomendações dos fabricantes, e das orientações constantes neste Projeto Básico e seus anexos ou ainda, das informações prestadas pela Fiscalização.

5.4. Todos os materiais e mão-de-obra necessária à execução dos serviços, bem como seus respectivos encargos sociais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5. A CONTRATADA deverá tomar todas as precauções e zelar permanentemente para que suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente com o tráfego nas vias públicas que utilizar ou nos imóveis que estejam localizadas nas proximidades da obra. A CONTRATADA se responsabilizará por todos os danos causados a terceiros e aos bens públicos.

5.6. A CONTRATADA deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução da obra (pavimentações, calçamentos, etc.) e os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública deverão ser removidos imediatamente pela CONTRATADA, sob suas expensas.

5.7. A obra só se dará por concluída após o término de todos os serviços especificados, retirada de eventuais entulhos e completa limpeza de todas as áreas trabalhadas.

5.8. A CONTRATADA deverá fornecer e conservar os equipamentos e ferramentas necessárias, empregar mão-de-obra capaz, de modo a reunir permanentemente uma equipe homogênea e suficiente, a fim de garantir a conclusão dos serviços dentro do prazo fixado e com a qualidade desejada.

5.9. Os detritos e resíduos da construção deverão ser destinados para lugares apropriados e que não causem prejuízos ao meio ambiente de acordo com a resolução CONAMA 307/ 2003.

5.10. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

1. - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
8. - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93, com redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017.

6 - DOS PRAZOS E DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de sua assinatura. Ao passo que o prazo de execução dos serviços, será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.

6.2. O prazo executivo previsto no item 6.1 poderá ser excepcionalmente prorrogado quando solicitado pela CONTRATADA, durante o seu transcurso e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante comprovação técnica do motivo e da necessidade aceita pela Administração do IFMT, com as devidas correções nas planilhas e alteração do cronograma físico-financeiro.

6.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Departamento e Planejamento Estrutural do IFMT, designada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa da CONTRATADA, bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo Termo Aditivo.

6.4. A CONTRATADA deverá prever em sua proposta o ônus da decisão de utilizar ou não horas extras, pois tal decisão não poderá ser usada de base para pedidos de acréscimos, reposições ou qualquer forma de

ressarcimento por parte desta Instituição de Ensino.

6.5. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.6. Os serviços ora contratados serão acompanhados e fiscalizados por 01 (um) fiscal de contrato e 01 (um) fiscal técnico (legalmente habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA), designado por portaria e acompanhados pela equipe do Departamento e Planejamento Estrutural do IFMT (DEPE).

6.7. A Comissão de Fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia local, bem como os fiscais de contrato e de execução, serão responsáveis por:

- a) Supervisionar a execução dos serviços;
- b) Estabelecer metodologia para medições, de acordo com o cronograma físico e financeiro;
- c) Fazer cumprir todas as cláusulas contratadas atendendo as especificações, prazo, valores e demais condições acordadas na proposta;
- d) Fazer as anotações em registro próprio de toda ocorrência relacionada à execução do contrato;
- e) Solicitar autorização a autoridade competente as alterações de serviços contratuais, por meio de justificativa fundamentada;
- f) Formalizar os termos aditivos, com as devidas justificativas;
- g) Abrir processo administrativo para aplicação de sanções administrativas;
- h) Notificar a empresa da intenção do IFMT em aplicar as sanções;
- i) Receber as alegações de defesa da CONTRATADA, previstas no presente Termo de Referência;
- j) Julgar as alegações de defesa visando à legalidade, razoabilidade e proporcionalidade do processo;
- k) Providenciar as sanções, se julgadas pertinentes, as quais serão homologadas e aplicadas pelo Ordenador de Despesa;
- l) Atestar as notas fiscais e
- m) Outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

6.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.9. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

6.10. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.11. O Fiscal técnico, deverá também anotar no Diário de Obra, a ser fornecido pela licitante vencedora, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.12. A Fiscalização, através de vistorias, ocorrerá em intervalos máximos de 07 (sete) dias corridos ou sempre que houver necessidade.

6.13. As vistorias serão auxiliado pelo DEPE, ou por engenheiro por ele designado, acompanhado pelo engenheiro da contratada.

6.14. Ao dar por encerrado o seu trabalho, a CONTRATADA solicitará à Comissão de Fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia local o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO. A comissão após vistoria lavrará o termo e se for o caso registrará as pendências contratuais, que para providências contará com prazo máximo de 90 (noventa) dias. Após este prazo a comissão vistoriará a obra com a finalidade de lavrar o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, nos termos do Código Civil brasileiro. A CONTRATADA corrigirá os vícios redibitórios à medida que se tornarem aparentes.

6.15. A CONTRATADA só poderá solicitar recebimento provisório após a execução de todos os serviços, aplicação de todos os materiais, instalação e teste de todos os equipamentos sobre sua responsabilidade, bem como a apresentação de toda documentação necessária.

6.16. Caso a Fiscalização local, julgue que a obra está sem condições para o recebimento provisório o prazo para término dos serviços não será interrompido e a CONTRATADA deverá solicitar nova vistoria, quando a obra deverá apresentar condições para tal.

6.17. A lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concebidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.

6.18. A CONTRATADA deverá submeter previamente à aprovação da Fiscalização local de eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;

6.19. Os serviços serão executados durante o horário normal de expediente do Campus Avançado de Lucas do Rio Verde, de modo a não comprometer ou interromper as atividades dos demais setores do Campus. Caso haja necessidade de execução de serviços aos finais de semana, feriados e/ou horários especiais será feito somente com autorização da comissão de Fiscalização e do Diretor Geral.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será realizado conforme o cronograma físico-financeiro apresentado pela contratada.

7.2 Obedecido ao cronograma físico-financeiro apresentado, a contratada solicitará à Fiscalização a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela fiscalização, a contratada apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo IFMT.

7.3 Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela Fiscalização designada através da Administração do IFMT.

7.4. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual foi emitida a Nota Fiscal, que deverá ser o mesmo habilitado na licitação.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.6. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após atestada na Nota Fiscal, pela Fiscalização designada através da Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, de que os serviços foram realizados.

7.7. Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a CONTRATADA encontra-se em dia com suas obrigações para com o sistema da seguridade social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, Certidão de Débitos Trabalhista (TST) e do Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS.

7.7.1. A Administração poderá consultar a regularidade por meio de consulta no SICAF, conforme consta na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2010:

7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre o final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, aplica-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = TX/365$;

TX = percentual da taxa anual = 6%

7.9. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída na Nota Fiscal/Fatura da medição seguinte ao da ocorrência.

8 - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Prestar os serviços, de acordo com as especificações contidas no edital e seus anexos;

8.1.2. Obter o alvará de obras junto à Prefeitura Município que se encontra a obra, efetuar o recolhimento das ART de execução, bem como obter o licenciamento ambiental da obra e a aprovação dos projetos nos órgãos competentes;

8.1.3. Obter a matrícula da obra (matrícula CEI – Cadastro Específico do INSS) junto ao INSS, no prazo máximo de 30 dias do início de sua atividade, junto ao INSS;

8.1.4. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela CONTRATANTE na execução do presente contrato;

8.1.5. A CONTRATADA indicará, precisamente, todos os materiais, equipamentos e profissionais, a serem disponibilizados para a execução dos serviços objeto desta licitação, em relação a ser apresentada ao IFMT, por ocasião da assinatura do contrato e, durante a sua vigência, deverá ser atualizada sempre que se fizer necessário;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em observância com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas à época da contratação, conforme determina o art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93;

8.1.7. Designar um profissional para acompanhar e fiscalizar o serviço, o qual deverá ser aceito pelo CONTRATANTE, que atuará como facilitador entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo-lhe gerir todas as obrigações;

8.1.8. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes.

8.1.9. Executar os serviços obedecendo rigorosamente, as normas da ABNT, prescrições e recomendações de fabricantes, as normas do CREA-MT e outros regulamentos e normas vigentes.

8.1.10. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.

8.1.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao IFMT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a presença da fiscalização ou o acompanhamento dos serviços pelo IFMT.

8.1.12. Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço, bem como por todas as despesas diretas e indiretas com pessoas utilizadas nos compromissos assumidos, que não gerarão qualquer vínculo empregatício com o IFMT.

8.1.13. Quaisquer inadimplências, referentes aos encargos estabelecidos nas condições dos subitens acima, não transfere ao IFMT a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

8.1.14. Empregar mão-de-obra habilitada, qualificada e compatível com o grau de especialização de cada serviço licitado.

8.1.15. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

8.1.16. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, sem que isto implique em qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

8.1.17. A CONTRATADA será responsável pela conservação e guarda de todo e qualquer material ou construção decorrente dos - ou afetados pelos - serviços objeto desta dispensa, até a aceitação final da obra pela CONTRATANTE. Qualquer dano ou prejuízo será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

8.1.18. Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

8.1.19. Todas as pessoas empregadas ou sob a responsabilidade da CONTRATADA estarão devidamente uniformizadas e obrigadas ao uso do crachá de identificação, quando nas dependências do IFMT.

8.1.20. Os operários da CONTRATADA, quando no desempenho das funções relativas aos serviços aqui especificados, estarão obrigados ao uso dos EPI - Equipamentos de Proteção Individual (cintos de segurança, capacetes, luvas, botas e óculos), conforme a NR 6.

8.1.21. Observada a boa prática da construção civil, a CONTRATADA isolará os ambientes de execução das obras de modo a evitar acidentes ou outros prejuízos e danos a pessoas, bem como para evitar a disseminação de pó resultante de demolições e construção.

8.1.22. Serão por conta da CONTRATADA, os serviços auxiliares, ligações provisórias e definitivas de todas as instalações.

8.1.23. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

8.1.24. Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias.

8.1.25. Manter livro de "ocorrências", no canteiro de obras, devidamente preenchido e atualizado;

8.1.26. Responsabilizar-se pela sinalização, inclusive, placa de obra contendo as informações necessárias;

8.1.27. A obra será locada pela CONTRATADA, rigorosamente de acordo com o projeto, correndo por sua conta e responsabilidade os erros de alinhamento e nivelamento cometidos;

8.1.28. Responsabilizar pela segurança do canteiro de obras, anexo ao Campus, fornecendo inclusive tapume para isolamento e proteção e ainda mantendo vigias que controlem, nos três turnos, a entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de obras.

8.1.29. A CONTRATADA será responsável por quaisquer serviços mal executados, correndo por sua conta as despesas com remoção, demolições e reconstrução dos mesmos.

8.1.30. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como: salários; seguros de acidente; impostos, taxas e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo poder público.

8.1.31. Determinar aos seus empregados obediência às ordens da fiscalização, inclusive quanto à conduta disciplinar;

8.1.32. Após a execução dos serviços a empresa contratada deverá remover todos os materiais, entulhos e sobras deixadas nos locais, entregar todos os equipamentos limpos e mantidos.

8.1.33. As atividades relacionadas a manutenção preventiva e corretiva devem ser executadas sem exposição a risco de choque elétrico. Para tanto, os equipamentos devem estar desenergizados e deve-se observar a utilização dos equipamentos de proteção individual; Caso seja necessária a realização de alguma atividade em que haja risco efetivo de choque elétrico, esta deve ser feita por técnico credenciado;

8.1.34. Na realização das atividades deve-se ter o manual dos equipamentos para dirimir quaisquer dúvidas.

8.1.35. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, consoante o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Facultada a supressão além deste percentual, mediante acordo entre as partes CONTRATANTES, art. 65, § 2º, II da Lei nº 8.666/93.

8.1.36. É vedado à contratada o uso de amianto nas construções da Instituição, conforme Portaria n. 43 do Ministério do Meio Ambiente.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário e quando devidamente identificados.

8.2.2. Atestar as faturas/notas fiscais correspondentes desde que os serviços tenham sido efetuados a contento.

8.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;

8.2.4. Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio do Fiscal para tanto formalmente

designado;

8.2.5. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Administração ou com as especificações constantes do Edital.

8.2.6. Solicitar que seja feito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no Edital.

8.2.7. Realizar medições contendo descrição do período correspondente e o previsto no projeto básico, bem como atestar diário de obras, notas fiscais e faturas, averiguando se os valores estão compatíveis com as medições efetuadas e a proposta apresentada pela licitante na efetiva prestação dos serviços;

8.2.8. Efetuar o pagamento da CONTRATADA mediante apresentação das respectivas faturas devidamente discriminadas e atestadas pelos setores competentes e demais documentos estabelecidos no Edital;

8.2.9. Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas durante a execução dos serviços.

8.2.10. Manter atualizado o "livro de ocorrências de obras".

9 - DO CUSTO ESTIMADO

9.1. O custo estimado para a execução do objeto deste Projeto Básico é de **95.025,94 (noventa e cinco mil e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos)**.

9.2 Valor da planilha de formação de preços não desonerada.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Projeto Básico, correrá à conta das dotações orçamentárias de 2020 do Orçamento Geral da União, Programa "2080-Educação para todos", 20RG-Modernização e Reestruturação da Rede Federal", 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Natureza de Despesa "44905191-Obras em andamento".

11 - DA PROPOSTA

11.1. A proposta deverá ser elaborada de forma a atender as Planilhas e especificações constantes no Anexo I do Edital.

11.2. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografada ou digitada em papel timbrado da licitante, rubricadas e a última assinada pelo responsável técnico pela sua elaboração e pelo representante legal da Empresa, com a sua identificação, devendo ainda, constar o carimbo do CNPJ.

11.3. Da proposta deverá constar:

a) A razão social da licitante, número do CNPJ, endereço completos e dados da conta bancária onde serão depositados os pagamentos;

b) Preço Global do objeto, em moeda corrente nacional, conforme Planilha Orçamentária constante do Anexo C do Edital, incluindo todas as despesas, impostos, taxas encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços;

c) Proposta de preços, conforme Anexo do Edital;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da data marcada para recebimento da documentação e proposta;

11.4 A ausência de indicação de parcelas referentes aos impostos, taxas, fretes, seguro e outros encargos pressupõe que os preços cotados já os incluem.

11.5. Para composição da proposta, a empresa licitante, deverá também encaminhar as seguintes documentações:

a) Planilha de Composição de Custos Unitários, Custos Quantitativa Detalhada, com todos os preços unitários que levaram à determinação do preço global ofertado;

b) Cronograma Físico-Financeiro detalhado correspondente;

c) Tabela de detalhamento da composição do BDI e dos respectivos percentuais praticados;

d) Tabela dos encargos sociais.

11.6. É proibido a todos os licitantes, sob pena de desclassificação da proposta, lançar dentro do BDI em suas planilhas de composição de custos o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, em face da proibição contida no item 9.1 do Acórdão do Tribunal de

Contas da União – TCU nº 950/2007 – Plenário, e na Orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP aos Ministérios na Mensagem SIASG/COMUNICA nº 037226, de 12/06/2007, e ainda no Acórdão n. 325/2007-Plenário/TCU.

10.6.1. Do mesmo modo estão vetados a inclusão dos itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização na composição do BDI, conforme Acórdão n.º 325/2007 – Plenário/TCU.

I.1 Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do LDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante;

I.2 Os itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização, visando a maior transparência, devem constar na planilha orçamentária e não no LDI;

11.7. Caberá a Comissão julgadora do certame licitatório, verificar a compatibilidade e exequibilidade da proposta vencedora, baseado nos termos da Lei n.º 8.666/93.

11.8. A ausência de data e/ou rubrica na Proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão de abertura dos envelopes contendo a proposta, desde que detenha poderes para esse fim.

12 - DA GARANTIA

12.1. Para a garantia do exato e fiel cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá depositar, junto ao IFMT, até a assinatura do Contrato, a título de garantia contratual, a importância correspondente a 01% (um por cento) do valor do contrato, podendo ser efetuada nas modalidades de Garantia preceituadas no parágrafo 1º do artigo 56 da Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações.

12.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia contratual nos termos da IN n.02/2008/SLTI/MPOG;.

12.2. A garantia prestada somente será liberada ou restituída após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo pela CONTRATANTE.

12.3. O IFMT poderá descontar do valor da garantia contratual a importância que, a qualquer título, lhe for devida pela licitante vencedora.

12.3.1. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

12.4. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela CONTRATADA referentes a:

- a) Prejuízos ou danos causados ao contratante;
- b) Prejuízos ou danos causados a terceiros pela contratada;
- c) Toda e qualquer multa contratual;
- d) Débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias, etc;
- e) Quaisquer obrigações não cumpridas pela contratada em relação ao presente contrato previstas no ordenamento jurídico do país.

13 - DAS SANÇÕES

13.1. As sanções são as estabelecidas no Edital e seus anexos e no Instrumento de Contrato.

14 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Nos termos do Art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

14.2. Para este efeito, de acordo com o Art. 78, da Lei nº 8.666/93, constituem motivo para rescisão do

contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.3. Segundo o Art. 79, da Lei nº 8.666/93, a rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do item 13.2;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da

autoridade competente.

§ 2o Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do item 14.2, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

§ 3o Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

14.4. Consoante dispõe o Art. 80, da Lei nº 8.666/93, a rescisão de que trata o inciso I do item

14.3 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em Lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1o A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2o É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3o Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Autoridade Superior do IFMT.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONTRATANTE poderá, sem ônus decorrente, aceitar modificações propostas pela CONTRATADA, com vistas ao aperfeiçoamento e exequibilidade do objeto contratado, no advento de algum fato novo ou qualquer imprevisto, as quais serão analisadas pela Administração.

15.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos limites estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

15.3. A contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for aprovada previamente e expressamente pelo contratante.

15.3.1. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.3.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada,

que executará, por seus próprios meios, o principal serviços de que trata esse Projeto Básico, assumindo a responsabilidade integral pela qualidade dos serviços contratados.

- a) É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso durante a vigência do contrato.
- b) Fazer ampla divulgação da Licitação.
- c) Além das definições contidas neste Projeto Básico, a licitante deverá observar as especificações detalhadas contidas no Projeto Executivo.

Projeto básico na parte técnica elaborado por:

FÁTIMA E R MATIAS

Chefe Dept. de Engenharia e Planej. Estrutural - DEPE/IFMT

Projeto básico na parte administrativa elaborado por:

JOÃO VICENTE NETO

Diretor Geral do *Campus* Avançado de Lucas do Rio Verde

De Acordo:

TÚLIO MARCEL RUFINO DE VASCONCELOS FIGUEIREDO

Pró-reitor de Administração

Considerando a observância e ao cumprimento dos requisitos legais, bem como a necessidade da contratação desse serviço, aprovo o presente projeto básico.

WILLIAN SILVA DE PAULA

Ordenador de Despesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fatima Elizabete dos Reis Matias**, CHEFE - CD0004 - RTR-DEPE, em 07/12/2020 09:46:31.
- **Tulio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo**, PRO-REITOR - CD0002 - RTR-PROAD, em 07/12/2020 09:51:36.
- **Willian Silva de Paula**, REITOR - CD1 - RTR, em 07/12/2020 10:01:34.
- **Joao Vicente Neto**, DIRETOR GERAL - CD0003 - LRV-DG, em 07/12/2020 10:45:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/12/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 119454

Código de Autenticação: 5113797dbf

